



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXVI - N.º 6

SÁBADO, 3 DE ABRIL DE 1971

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 5.ª SESSÃO EM 2 DE ABRIL DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA E CARLOS LINDENBERG**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — José Esteves — Cattete Pinheiro — Alexandre Costa — Clodomir Millet — José Sarney — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Jessé Freire — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Amaral Peixoto — Benjamin Farah — Nelson Carneiro — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Ozires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Acioly Filho — Matos Leão — Ney Braga — Celso Ramos — Leonor Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Não há expediente a ser lido.

O tempo destinado aos oradores da hora do Expediente será dedicado a reverenciar a memória de Sua Eminência Dom Jaime de Barros Câmara, de acôrdo com o Requerimento n.º 1, de 1971, do Sr. Senador Benjamin Farah e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão ordinária de ontem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamin Farah.

O SR. BENJAMIN FARAH (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, realmente, foi um dia triste que nos deixou o coração impregnado de mágoas, quando recebemos a infausta notícia do falecimento do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara. Esse querido Pastor, durante cinquenta anos de sacerdócio, dos quais vinte e cinco em púrpura cardinalícia, viveu sempre cheio de humildade cristã, exercitado na prática da bondade e na catequese, sobremodo dos pequenos, dos fracos, dos que sofrem, dos favelados, que êle tanto amou, a par, é verdade, das realizações de obras sociais notáveis, como a Fundação Leão XII, a ASA (Ação Social (Arquidiocesana) e, também, aquelas outras obras de cunho religioso ou cultural, que marcam no tempo e no espaço, a sua figura de extraordinário apóstolo, laborioso e bom, avultando a grande Catedral do Rio de Janeiro, em fase adiantada de construção e que ficará no coração da Guanabara, como a linda e enorme cidade de um povo que nasceu sob o signo da cruz, e com Cristo e por Cristo, há de viver pelos tempos afora. Eis, em verdade, uma das mais luminosas inspirações do saudoso Cardeal. Por isso mesmo a ela Dom Jaime se refere com amor e ternura:

“... Se fôr possível, prefiro ser sepultado na Catedral do Rio de Janeiro.”

É um acontecimento marcante êsse, em que o esmerado construtor se apaixona tanto pela sua obra, à qual deu todo o calor de sua alma, e não satisfeito ainda, entrega o seu próprio corpo, escolhendo aquêlo templo, para sua eterna morada.

E humilde e pobre como São Francisco de Assis:

“Seja o meu entêrro de infima classe. Em vez de fiôres, dê-se esmolas aos pobres.”

E à semelhança do autor de “As Confissões”:

“A ninguém tenho o que perdoar. Mas peço perdão a todos os que de mim tenham queixa.”

Mais adiante, grato e fiel aos amigos, principalmente os que do perto privaram com êle:

“De coração agradeço a quantos me auxiliaram.”

Temos como certo, fazendo justiça, se dentre êsses, aqui e agora, lembrarmos de três dedicados e leais colaboradores, tantas vezes citados por Dom Jaime de Barros Câmara, com afeição paternal e carinho. São êles: Monseñor Ivo Caliani, Cônego Avelino Dias Coelho e Monsenhor Francisco Bessa, vigário da Igreja de São Judas Tadeu.

Êsses dignos sacerdotes faziam parte da equipe valorosa do Cardeal, o apóstolo principalmente dos favelados, das populações modestas e simples, dos pobres. Por tudo isso, a morte de Dom Jaime, não só consternou aos brasileiros e aos estrangeiros que conosco vivem, mas também aos cristãos de toda parte, merecendo destaque excepcional as manifestações do Santo Padre, Paulo VI, expressas nestas palavras emocionantes enviadas a Dom José de Castro Pinto, Bispo auxiliar do Rio:

(Interrompendo a leitura.)

Sr. Presidente, estou falando não somente em nome da Minoria, mas também em nome da Guanabara, onde o Cardeal D. Jaime Câmara, durante 25 anos, deixou a marca da sua

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

inteligência, do seu esforço, do seu trabalho tenaz e da sua dignidade.

Não fiz uma apreciação das atividades do Cardeal ao longo dos mais diversos pontos deste País, onde ele prestou também relevantes serviços, como por exemplo no Pará, em Santa Catarina, e em outras oportunidades, em congressos no Brasil e no estrangeiro. Apenas estou dando um depoimento como representante da Guanabara que ele tanto amou e onde ficará dormindo eternamente o seu sono.

O Sr. Ruy Carneiro — Senador, quero pedir licença a V. Ex.^a para dar-lhe um aparte...

O SR. BENJAMIN FARAH — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — Católico praticante, acompanhei de perto a atuação do saudoso Pastor Dom JAIME DE BARROS CÂMARA, Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, cuja memória o Senado Federal reverencia, nesta Sessão.

Embora já tenha subscrito o requerimento que V. Ex.^a encabeçou para a realização desta justa homenagem fúnebre ao homem Santo, que foi D.

Jaime, desejo neste modesto aparte integrar-me à brilhante oração que V. Ex.^a como representante da Guanabara presta à memória do Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro há pouco desaparecido.

Sempre fui distinguido pela bondade de D. Jaime Câmara razão por que, me identifiquei com a sua obra apostolar maravilhosa, por V. Ex.^a agora exposta com tanto brilho à Nação, através da Tribuna do Senado Federal, onde o ilustre colega representa o Estado da Guanabara que tão profundamente sentiu a perda irreparável do Grande Chefe do mundo católico brasileiro.

O SR. BENJAMIN FARAH — Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador Ruy Carneiro.

Referi-me à Guanabara, Sr. Presidente, e citei os auxiliares imediatos daquele Cardeal, precisamente os que ajudaram D. Jaime naquelas Unidades da Federação. Não me referi a outros seus auxiliares em outros Estados. Acompanhei de perto a atuação de S. Em.^a justamente na Guanabara.

Há um fato importante, não citado aqui, e que quero lembrar. Antiga-

mente as favelas do Rio eram regiões quase impermeáveis aos estranhos. Até a polícia recejava chegar às favelas, mas D. Jaime ali compareceu, levando a imagem de Cristo, fazendo a sua pregação, a sua catequese. Ele não só serviu à classe média, à classe aristocrática, como foi sobremodo o pastor dos favelados, dos pobres, dos humildes. Foi o grande pastor cuja memória nós, no Rio de Janeiro, reverenciamos e a quem devemos relevantes serviços.

A atividade de S. Em.^a se estendeu a vários setores, e notadamente no setor educacional deu o melhor de seus esforços para a construção da Pontifícia Universidade Católica. Criou obras sociais notáveis, como a Fundação Leão XIII e a Ação Social Arquidiocesana.

D. Jaime Câmara caracterizou-se principalmente como pregador, como catequista. Foi o evangelizador que melhor se entrosou com a população do Estado da Guanabara e, de certo, com as populações dos outros Estados. Tive a honra de receber aqui, o brilhante aparte do nobre Senador Ruy

Carneiro, em seu oportuno depoimento.

Sr. Presidente, a morte, o desaparecimento de D. Jaime Câmara contristou os católicos do Brasil, e também os católicos do mundo inteiro, merecendo destaque excepcional as manifestações do Santo Padre, Paulo VI, nas suas palavras emocionantes:

(Lê.)

"Com profunda dor, soubemos da notícia da morte do nosso amado e venerável irmão Jaime de Barros Câmara. Associamos ao luto da Igreja do Rio de Janeiro e a todo o Brasil, nesta hora, pelo desaparecimento terreno do zeloso e estimado pastor, e prestamos homenagem à sua memória, recordando os muitos méritos e a dedicação sempre demonstrada no desempenho de diversas e dedicadas missões que lhe foram confiadas pela sede apostólica a serviço do povo de Deus. Elevamos ao Senhor preces fervorosas em sufrágio da sua alma. Iluminado pela mesma esperança em Cristo, em comunhão com a Arquidiocese do Rio de Janeiro, a cujo clero e seus fiéis enviamos com afeto uma confortadora bênção apostólica."

O pronunciamento do Sumo Pontífice é a melhor e a mais alta referência sobre o grande morto.

Depois do Papa, Senhor Presidente, nada mais devo falar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Com a palavra o nobre Senador Lenoir Vargas.

O SR. LENOIR VARGAS (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Senhores Senadores. O calendário da vida social, política e, sobretudo, a religiosa da Nação tarjou-se de profundo pesar com o passamento a 18 de fevereiro, do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro D. Jaime de Barros Câmara.

Pela virtude, pela coragem, pelo zelo, pelo civismo, posso dizer, sem com isso ferir o ecumênico da sua religiosidade, pelo trabalho, sem desfalecimento, pela irresistível vocação apostolar. D. Jaime de Barros Câmara foi levado de degrau em degrau a subir cada vez com maior humildade a sensível e caprichosa escala da hierarquia da Igreja do Cristo. É que os desígnios de Deus imprescritíveis

na divindade são, por certo, infalíveis no carismar os que mais valem em densidade espiritual, concedendo-lhes a graça de viver a seu serviço. Da vida do pároco, do pastor, do mestre disciplinado e disciplinador, do virtuoso cura d'almas, falaram soberbamente os que lhe viveram os passos, os que lhe meditaram os primeiros e os derradeiros pronunciamentos.

Pela minha palavra desejou falar a liderança da Maioria do Senado Federal, afim de que um representante da bancada de Santa Catarina, nesta Casa, em cujo nome também falo, pudesse trazer a emoção da Província Natal, mesmo com pobreza de expressões a esta homenagem póstuma. E aqui dizer do respeito, da admiração, e da veneração que tínhamos pelo Cardeal, que viveu com a palma da Paz e do Consólo, horas duras da vida pública brasileira, sempre a amenizar as asperezas, e suavizar os acontecimentos inusitados, e a dar-se e, a expor-se e, a sacrificar-se em favor do bem comum.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LENOIR VARGAS — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — Eminente Senador, V. Exa. fala em nome da Maioria, e, como acaba de declarar, em nome da Liderança.

O SR. LENOIR VARGAS — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Filinto Müller — Mas, apesar dessa qualidade, eu queria juntar a manifestação que V. Exa. traz ao Senado, e de pesar pelo falecimento do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, uma palavra pessoal. Neste momento, sou liderado de V. Exa. e peço vênias para declarar que tinha pelo Cardeal D. Jaime de Barros Câmara profunda estima. Conheci-o quando S. Exa. Reverendíssima foi designado para Bispo de Mossoró. Procurei-me, então, em busca de determinados elementos que lhe seriam necessários, na época conturbada que o Brasil atravessou àquele tempo. Desde então acompanhei e pude admirar a atuação apostolar de D. Jaime Câmara, que ele nunca alterou, mantendo-se na linha reta que sempre seguiu. Nos dias conturbados que vive a Igreja, neste momento, no Brasil e no mundo. D. Jaime Câmara se manteve fiel aos

princípios dentro dos quais se firmou, obediente a Sua Santidade o Papa, obediente aos princípios fundamentais da religião católica, sempre dando exemplo aos seus subordinados e ao povo de Deus que ele pastoreava. Num momento de tantas dificuldades, conservou-se inabalável, firme na fidelidade sobretudo à fé católica, à fé cristã e à doutrina. Com estas palavras, rendo homenagens ao amigo desaparecido. No ano passado, quando fui submetido a intervenção cirúrgica, tive a grande honra de receber, no hospital em que me encontrava internado, uma visita de Dom Jaime Câmara. Estava longe de imaginar que tão cedo nós o perderíamos de nosso convívio. Rendo-lhe esta homenagem com emoção, homenagem de apreço, de admiração, de profunda estima.

O SR. LENOIR VARGAS — Agradeço o aparte do meu eminente Líder, que, por certo, veio dar elevação maior às palavras que o representante de Santa Catarina, profundamente emocionado, diz, neste momento, quando, pela primeira vez, fala no Senado da República, em homenagem ao grande catarinense Dom Jaime de Barros Câmara. (Lendo.)

Para ele, o belo era o bom, do conceito tomista, e assim, do bom que ele foi, não conseguiu evitar que afinal se desvendasse toda beleza da vida que sem descanso viveu.

Nascido a 3 de julho de 1894, no grande Município catarinense de São José, à beira-mar, na convivência simples dos pescadores, em ambiente de assemelhação com belas páginas da história sagrada, não resistiu ao chamamento de sua predestinação. Entregou-se cedo ao serviço de Deus.

A 1.º de janeiro de 1920, ordenava-se sacerdote, e o catarinense que sempre houve no Cardeal Arcebispo realizou-se quando teve sua primeira designação: coadjutor da Paróquia das Tijucas, Município de elevada estirpe ética, que deu já ao Brasil homens da melhor categoria, seja no exercício da toga, seja no mundo dos negócios, seja na nobre arte da política.

Já então se repetia a constante de sua vida: a virtude, a humildade e o trabalho.

Designado para Florianópolis, como cura da Catedral da capital do Estado "barriga-verde", absorveu-se em obra

apostolar admirável, depois de ter sido Capelão do Hospital Militar de 1921 a 1924. Em seguida é nomeado Diretor do Seminário de Azambuja na cidade de Brusque.

Ali, deixou marcada sua dedicação, e reveladas mais algumas das características de sua personalidade: a do construtor, do professor enérgico, e do organizador. Em 1928 é nomeado Cônego e em 1935 foi agraciado com o título de Monsenhor.

Não concluíra ainda sua missão, pelo contrário, apenas começava.

Estava reservada a D. Jaime de Barros Câmara uma longa caminhada, como se missionário fôsse, e seus passos deveriam ser muitos no serviço de Deus, afim de que, como todos os que saem a semear a palavra divina, pudesse colher farta semente para o fim de sua jornada. Pois como pregou o Padre Vieira, no dia da conta "ser-lhe-iam contados os passos". E D. Jaime de Barros Câmara foi muito longe, no Brasil, fazendo sua sementeira.

Em 1936 é sagrado bispo de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para onde foi nomeado por Pio XI. Cumpriu, por inteiro com o trabalho que a investidura lhe indicava. No barro branco das salinas encontrou o campo permanente de seu apostolado. E aí, também, o prelado constrói obra de benemerência, preocupado que andou, a vida toda com a colheita de vocações para o serviço da Igreja.

Uma fatalidade no círculo familiar auxiliou-o nesta tarefa. É que tendo falecido seu irmão Amantino Câmara, na época, Diretor-Presidente do Loyd Brasileiro, deixou-lhe uma alentada herança. Estes haveres, substanciais, permitiram a D. Jaime a construção de um Abrigo para a velhice a quem destinou o legado recebido.

Foi ainda mais distante servir sua Igreja. Foi ser bispo de Belém do Pará, em 1942, onde com o entusiasmo do primeiro dia de sacerdócio cooperou sobremodo para o desempenho feliz da nova incumbência.

Atenção especial dedicou ao Seminário, aos círculos operários e escreveu um volume sobre História Eclesiástica. As pastorais, como fizera em

Mossoró, saíram-lhe da pena robustecidas pelo exemplo e pela sabedoria.

Em 1943 seria conduzido ao centro social e político da Nação, como Arcebispo do Rio de Janeiro, para em 1944 ser nomeado Cardeal sob a bênção do Papa reinante, o Sábio e Santo Pio XII.

Ao Ministro Luiz Gallotti, que honra a toga brasileira no Supremo Tribunal Federal, de quem era além de co-estaduano, amigo de longa data, contou D. Jaime de suas preocupações manifestadas na audiência com Pio XII, quando a Roma fôra receber o chapéu cardinalício, ante a eventualidade de, como Cardeal, ter que modificar seus hábitos tão ligados a obras sociais nos morros do Rio de Janeiro, onde pessoalmente andava, sempre que o serviço da Arquidiocese o permitia. Tranquilizado pelo Papa de que tudo poderia continuar como d'antes o nôvo Cardeal voltou feliz à missão que até a morte haveria de cumprir.

Devo assinalar, para honra do Estado de Santa Catarina, que nunca desapareceu no cura, no prelado, no Cardeal, ao lado de um acendrado amor ao Brasil, uma afeição intensa pela província de seu nascimento.

Ainda há pouco, voltara D. Jaime à sua terra para celebrar na paróquia de São José, o júbilo pelos cinquenta anos de sacerdócio.

E como Santa Catarina e seu povo, se orgulhavam das virtudes, da sabedoria, da santidade do filho ilustre!

Nas ruas, recebeu o Cardeal as homenagens da gente toda de sua terra, em uníssono com a palavra do Governo que lhe tributou as honras da recepção. Tantas feições amigas ele reviu, tanta recordação feliz o acompanhou, neste roteiro sentimental, que o ardoroso coração catarinense lhe proporcionou, como a despedir-se de quem em breve, no 25.º aniversário de vida cardinalícia, haveria de nos deixar.

Fôra a Aparecida do Norte, Padroeira do Brasil, desincumbir-se de promessa antiga: celebrar os vinte e cinco anos de cardinalato aos pés da Virgem de sua devoção.

Iniciara uma nova declaração de última vontade: que seria uma reafirmação de fé. Cada hora mais humil-

de, cada hora mais sereno, cada hora mais santo. De bens materiais nada tinha para deixar, porque aceitara a palavra de Cristo, na sua interpretação mais autêntica e mais divina. Tudo dera para segui-lo. E a Providência, como a exemplificar através dêle, repetira a parábola dos lírios do campo, pois que tudo lhe assegurara, para que cumprisse até o último instante a destinação sublime que lhe reservara.

Morreu em santidade, como viveu. Morreu ao celebrar a alegria de servir seu Deus e sua Igreja. Na cidade da Padroeira. Em Paz, em humildade.

A notícia do seu desaparecimento abriu um vazio no sentimento do Brasil, na sua vida religiosa, na sua vida social, na sua vida pública. O Presidente da República nos pêsames que enviou ao Papa Paulo VI disse-o: "figura insigne pela atuação apostolar e pela atividade na vida pública brasileira".

Acompanhei-lhe os funerais no Rio de Janeiro. A honraria oficial, tinha a quebrar-lhe o protocolo o sentimento generalizado de emoção verdadeira. Era o desaparecimento do prelado notável, da criatura humana insuperável, do pastor diligente, do amigo das horas amargas.

Na sua longa permanência na Arquidiocese, entre outras iniciativas, promoveu a construção do edifício do Seminário São José Arquidiocesano; benzeu a pedra fundamental da Pontifícia Universidade Católica; mandou construir igrejas e escolas paroquiais; estimulou a Ação Social Arquidiocesana e a Fundação Leão XIII; reformou a música sacra na diocese; celebrou o primeiro sínodo arquidiocesano, e trabalhou sem cessar junto aos jovens, no apostolado e na catequese. O "Compêndio da História Eclesiástica", o "Compêndio de Teoria Pastoral", o "Curso de Catecismo", em 6 volumes, vários dramas e mais de 30 cartas pastorais, constituíram o acervo de sua obra escrita.

O povo carioca em filas intermináveis foi vê-lo pela última vez. Os morros da sua intimidade pastoral trouxeram a simplicidade do seu adeus, com lágrimas agradecidas, no semblante humilde dos que foram sem-

pre a primeira preocupação do cura d'almas, do assistente social, do conselheiro do bem, do organizador da pobreza.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LENOIR VARGAS — Com prazer.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permita-me interromper a magnífica oração que V. Ex.^a aqui nos traz, na homenagem que traduz a palavra de saudade e de justiça de todo o Brasil, para apresentar, em nome da bancada do Estado do Pará, a manifestação de pesar do povo que representamos, pelo desaparecimento do eminente Cardeal D. Jaime Câmara.

O SR. LENOIR VARGAS — Agradeço o aparte do nobre representante do Pará, Senador Cattete Pinheiro, que, por certo, vem somar-se aos sentimentos generalizados do Senado da República.

Desejava também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, consignar nestas palavras, que não sei se são longas mas que me parecem necessárias para o repositório da história da nossa terra e da nossa Casa, a introdução do seu testamento, o último, inacabado, que vale como um documento digno de meditação. Foi êle interrompido pouco antes de sua morte.

Dizia:

"Aos 17 dias do mês de fevereiro de 1971, cidade de Aparecida, onde estou celebrando com Sua Eminência D. Carlos Carmello de Vasconcelos Mota, o 25.º aniversário de cardinalato, é daqui que envio, à minha família diocesana e aos meus parentes, êste meu derradeiro testamento que anula os precedentes, em vista de se modificar as circunstâncias em que foram escritos os anteriores.

Em espírito de gratidão para com a Santíssima Trindade, perante o Pai que me criou e na presença do Filho que me remiu e do Espírito Santo que tantas graças derramou sobre mim, juro que é meu firme propósito, e prometo, confiando nos Espíritos Divinos, perseverar, até o meu último suspiro, na fé católica de meu batismo. Sempre fiel à Santa Igreja de Cristo. Obediência ao Sumo

Pontífice e aos sacerdotes de Jesus Cristo, de que sou participante, apesar de indigno pecador..."

"Aqui o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara interrompeu o seu novo testamento."

Não se apercebera, por certo, que o legado maior, e único, era êle próprio, no seu exemplo, no seu viver.

O homem de Deus foi sempre o mesmo, embora o longo cardinalato e o longo episcopado.

Dêle disse-o com justeza Alceu de Amoroso Lima:

"Foi um pároco de Aldeia."

Ê é memória dêste catarinense, dêste brasileiro ilustre, que a liderança da Maioria e a bancada catarinense tributam, neste momento, seu respeito, e curvam-se em reverência, confiantes de cumprir nesta homenagem o seu dever, porque têm a certeza de que a história da vida pública brasileira, neste últimos cinquenta anos, muitas vezes também irá exaltar a figura excepcional de Dom Jaime de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. (Muito bem! O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em nome da Mesa, a Presidência solidariza-se com o pronunciamento dos eminentes Senadores na homenagem que esta Casa hoje presta ao grande Pastor de almas que foi Dom Jaime de Barros Câmara. Discorreram os eminentes Senadores Benjamin Farah e Lenoir Vargas sobre a grande obra daquele Pastor, obra que não se cingiu apenas à sua missão de chefe do catolicismo brasileiro, mas que se expandiu em todos os setores e por todos os rincões dêste País, sendo, assim, considerado um dos homens que prestaram serviços os mais relevantes à Pátria brasileira.

A homenagem que esta Casa hoje tributa à memória de Dom Jaime de Barros Câmara é das mais justas e merecidas, e a Mesa a ela se associa. (Pausa.)

Terminada a homenagem a Dom Jaime de Barros Câmara, vamos prosseguir dando a palavra, na hora do Expediente, ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com muita tristeza e um tanto desesperançado, li nos jornais uma declaração do Monsenhor Aristide Pirovano, Superior-Geral do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras do Vaticano, aonde aquela alta autoridade da Igreja, como inocente útil, ou mais útil que inocente, agride violentamente a dignidade do povo brasileiro e ofende sobremodo a verdade, com ataques mais que injuriosos à Maçonaria.

Diz o Sr. Pirovano, no Estado de São Paulo de 23 de março próximo passado:

"O Governo e o Exército do Brasil reduzem, atualmente, a Igreja Católica ao silêncio e continuam aplicando torturas aos presos políticos por culpa da Franco-Maçonaria — afirmou, ontem, em Roma, Monsenhor Aristide Pirovano, Superior-Geral do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras.

Mons. Pirovano, que acaba de regressar do Brasil, onde visitou o Pe. Giulio Vicini, detido pela polícia paulista, depois de render sua homenagem ao episcopado brasileiro, ressaltou que a Igreja não poderia permanecer calada diante de uma sociedade iníqua e de homens privados de tudo.

Em declarações ao semanário "L'Avvenire", Monsenhor Pirovano afirmou: "A miséria e a injustiça são tais, que são muitos os sacerdotes que se impressionam e sofrem. Como superior, meu dever é prevenir os missionários contra a ilusão de conferir à Igreja o direito de sublevar as massas e fazer revoluções, quando seu dever é formar o homem." Mas a Igreja — ressaltou — "não deve renunciar a julgar um sistema político ou a denunciar a violação dos direitos fundamentais do homem."

"Isso não quer dizer que a Igreja deva calar-se — concluiu — "especialmente quando se observa no Brasil um recrudescimento da ação da Franco-Maçonaria, não apenas entre as autoridades civis, como também e talvez mais, no Exército, tentando tirar proveito

dos erros de certos eclesiásticos para jogar o Governo contra a Igreja e reduzi-la ao silêncio."

Sr. Presidente, enfrentando a incompreensão de uns e a intolerância de outros, venho tentando, nos últimos anos, fazer ver àqueles que não querem enxergar, os quais, quando forçados a tanto, adotam a tática do avestruz.

Não sei, Sr. Presidente, se por mal físico ou por arte diabólica, mas o certo é que muitos graduados da Igreja Católica vem cada vez mais abrindo no seu meio aqueles que adjetivam a religião como "o ópio mental do mundo capitalista", esquecendo eles, ou de propósito, procurando ignorar os milhares de mártires do cristianismo imolados na construção do chamado "paraíso do proletariado". Como sabemos, busca o comunismo ateu o nivelamento dos desiguais, extirpar Deus do coração dos homens, destruir a individualidade para massificar, e para tanto, vai destruindo tudo aquilo que se lhe embarace a nefasta caminhada. Sem dúvidas, por muitos e muitos anos foi a Igreja Católica uma espécie de fortim inexpugnável aos objetivos dos comunistas, mas como vimos afirmando, lamentavelmente lograram a infiltração e agora explorando-a sob todas as formas, vêm de fazer ressuscitar a intolerância e o obscurantismo de alguns sacerdotes na vã tentativa de destruírem a sublime Ordem Maçônica, vez que esta dá-lhes, mais que ninguém, combate em todas as latitudes da terra.

Sr. Presidente, muito longe iríamos se aqui nessa oportunidade tentássemos catalogar todos os extraordinários serviços prestados pela Maçonaria através dos tempos, à causa da liberdade do homem. Buscando incessantemente a libertação integral, física e moral do indivíduo, a Maçonaria, através dos séculos, só tem admitido em seus quadros homens livres e de bons costumes para, com eles, em todas as épocas, bater e derrotar a tirania e a prepotência, venha ela de onde vier. No Brasil, e aí está a história pátria quase que totalmente escrita pelos feitos maçônicos, seja na independência, libertação dos escravos, proclamação e implantação da República, em todos os momentos que se lhe foi exigido a Maçonaria se fez

presente, não medindo esforços na consecução dos objetivos nacionais. Mais recentemente, quando do movimento restaurador da ordem democrática de 31 de março de 1964, consentâneo que é com os princípios da Maçonaria, desta recebeu e continua recebendo o total respaldo, esta a razão, por certo, do propósito contra-revolucionário em promover e restaurar velhas intrigas entre a Igreja e a Maçonaria.

Voltemos a mais que infeliz afirmação do Mons. Pirovano:

"O Governo e o Exército impõem silêncio à Igreja e continuam torturando presos políticos por culpa da Franco-Maçonaria."

Ora, Sr. Presidente, nem mesmo no período revolucionário anterior às medidas de exceção do Ato Institucional n.º 5, quando a legislação vigente permitia certo tipo de imprensa, e que esta fôsse instrumento da contra-revolução, nem mesmo naquele período de tão grande agitação e das "centrais de boatos", circulou no Brasil qualquer notícia de coerção aos cultos religiosos, e no entanto o Sr. Pirovano, numa infelicidade impar, faz tal declaração. Quanto às chamadas torturas de presos políticos, aí estão os terroristas postos em liberdade pelo Governo brasileiro, em permuta por diplomatas estrangeiros por eles seqüestrados, a atestarem, pelas condições físicas que apresentam, um mais que patente desmentido às torturas. Como sabemos, as listas dos presos objetos das trocas são fornecidas pelos seqüestradores, logo, não vejo como sustentar-se tais afirmações. Ou teria, por acaso, o Governo brasileiro o dóm da clarividência para determinar torturas somente àqueles que não viessem a figurar nas tais listas de trocas?

Como se vê, Sr. Presidente, através dos noticiários internacionais, existe de fato um complô bem montado e bem lubrificado, em diversos países, para desmoralizar a Revolução no exterior, já que no plano interno os sucessos administrativos, as medidas moralizadoras e o soerguimento do nível de vida de nossa gente, promovido pelos Governos da Revolução, vêm fazendo com que esboroem todas as tentativas de intriga governo e

povo. Em verdade, temos que admitir, agora, como em todos os tempos, tem havido aqueles que erram e cometem excessos. Mas há que se indagar: quem, de boa-fé, inteligentemente, pode exigir perfeição dos homens? Sabemos do extraordinário exemplo dado pelo Divino Mestre, quando do arrebanhamento e da escolha dos seus companheiros de ministério. Para escolher doze apóstolos, Jesus Cristo, onipotente e onisciente que é, mas como que para nos legar mais um exemplo edificante, dentre os escolhidos arrebanhou Pedro, que o negou algumas vezes, e Judas Iscariotes, que o traiu, vil e torpemente. Infelizmente, Sr. Presidente, este não é o entendimento do Sr. Pirovano, o qual fez regra geral das exceções, isto é, tomou algum excesso praticado por um agente para generalizar o seu conceito, que é, em última análise, como já afirmamos, uma agressão à verdade. Quanto ao Padre Giulio Vicini, objeto de uma visita na prisão pelo Sr. Pirovano, lamentavelmente ficou provada a sua culpabilidade como um ativista da subversão, vez que lhe foi concedida ampla defesa e mesmo assim foi condenado pela Justiça de São Paulo. Afirmou, maldosa e exageradamente, o Monsenhor Pirovano que "a miséria e a injustiça são tais, que são muitos os sacerdotes que se impressionam e sofrem", e que "a Igreja não deve renunciar a julgar um sistema político ou a denunciar a violação dos direitos fundamentais do homem".

Parece-me, Sr. Presidente, que o ilustre Monsenhor Pirovano vive em outro planeta, fora da realidade humana, pois em caso contrário Sua Excelência entenderia que, enquanto o homem não estiver integralmente identificado com Deus, haverá injustiça, pobreza e fome na terra. Houvesse o propósito de servir à verdade, o conceito de Sua Excelência seria bem outro, pois, não há como negar, mesmo porque salta às vistas até mesmo dos menos esclarecidos, que no Brasil muito se tem realizado na busca da justiça social, e, para felicidade nossa, sabemos todos, apesar dos apátridas, do terrorismo, enfim da ação da turma do "quanto pior melhor", marchamos céleres em rumo às soluções de tudo aquilo que nos infelicitava.

Senhor Presidente, nisto tudo o que é de fato estranhável é o Sr. Pirovano, que por certo viaja muito e com isso visita todos os países católicos, a par das críticas depreciativas que nos faz, não dizer da fome, da miséria, dos horrores, e da falta de liberdade religiosa existentes nos países da Cortina de Ferro, tão próximos geograficamente do Vaticano. E a nossa estranheza deve ser maior se atentarmos ao fato de que Sua Excelência aconselha à Igreja a não renunciar o direito de julgar um sistema político, ou a denunciar a violação dos direitos fundamentais do homem. A omissão deliberada que se verifica por parte de certos religiosos, especialmente os chamados "liberais", no que diz respeito aos países comunistas, precisa e deve urgentemente ser objeto da preocupação dos mais altos dignitários da Igreja, fazendo com que, pelo menos, haja equidade nas críticas, tanto para nós, que respeitamos e acatamos a Igreja, como para aqueles que a conspurcam e a destroem. Contudo, a resposta para estes problemas é uma velha conhecida nossa. Todos sabemos que o grande mal, o maior inimigo do regime democrático, é o seu primado, a liberdade de se permitir a destruição da própria liberdade. Esta, pois, a razão de nos países democráticos não faltar coragem a homens, muitas vezes com grandes responsabilidades políticas, como é o caso do Sr. Pirovano, de se prestarem a um triste papel de instrumentos de destruição do único regime compatível com a dignidade humana.

Comporta, nesta altura, um período de interessante artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado na *Folha de São Paulo*, de 28 de fevereiro de 1971, sob o título "DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS":

"Vamos aos fatos. Como é notório nos jornais, o regime comunista chegou, na Polônia, a uma verdadeira catástrofe. A produção decaiu, a população cresce, os preços sobem e os salários continuam imóveis.

Se tal se desse em algum país livre, a esquerda católica promoveria passeatas, instigaria greves e sopraria distúrbios. Se o governo reagisse, não faltaria algum D.

Heider para responsabilizar o regime e as estruturas, em entrevistas vedetísticas.

Pelo contrário, esmagadas as greves em Gdansk, Lodz etc., o que faz o episcopado polonês? Não pediu mudança de regime numa reforma de estrutura. Tentou aplacar os ânimos, tornando fácil a manutenção das autoridades comunistas.

Assim, em documento lido em todas as igrejas da Polônia, e assinado pelo Cardeal Wyszynski, afirma o episcopado: "Queremos cooperar com todos os filhos deste país, pois chegou o momento de repartir o pão da reconciliação.

Nos países comunistas, quando há fome, o problema se resolve com o "pão da reconciliação". Nos países não comunistas, quando há fome, o problema se resolve com subversão...

— Dois pesos e duas medidas, não é?"

Finalmente, Sr. Presidente, quanto à Maçonaria brasileira, vítima dileta da fúria verbal do Sr. Pirovano, e da intolerância de religiosos obscurantistas, devo, nesta oportunidade, por delegação do Grande Oriente do Brasil, repelindo as injúrias e calúnias já mencionadas, reiterar o apoio maçônico ao ideário do Movimento Revolucionário de março de 1964, ao mesmo tempo rogando a atenção de Vossas Excelências para a publicação feita pela *Gazeta Italiana*, de 8 de outubro de 1966, que diz:

"A SANTA AUTOCRÍTICA

Publicada na Suíça uma oração escrita por João XXIII, na qual a Igreja pedia perdão pelas ofensas aos judeus e outros.

Misteriosamente ignorada de toda a imprensa italiana, uma notícia foi publicada em 8 de setembro passado (1966), no *Journal de Genève*. A notícia proveniente da *Città Del Vaticano*, dizia:

Os palacianos do Vaticano confirmaram, terça-feira passada, a existência e autenticidade de uma oração de autoria de João XXIII,

composta uns dias antes de sua morte, e na qual o Papa pedia perdão a Deus por todos os sofrimentos que a Igreja Católica havia infligido aos judeus e outros. Esta oração, segundo o desejo do autor, devia ser rezada em todas as igrejas."

A segunda parte é dedicada aos maçons.

Do artigo, destaco o original para encaminhar à Taquigrafia, pois é um documento que se deve manter, conforme a sua publicação, em italiano. nos Anais da Casa, para posterior consulta. Lerei a versão, Senhor Presidente, a tradução literal da oração, que é a seguinte:

"SENHOR E GRANDE ARQUITETO:

Nós nos humilhamos a Teus pés e invocamos o Teu perdão pela heresia que, no curso dos séculos, nos impediu de reconhecer em nossos irmãos maçons os Teus seguidores prediletos.

Lutamos sempre contra o livre pensamento, porque não havíamos compreendido que o primeiro dever de uma religião, como afirmou o Concílio, consiste em reconhecer o direito de não se crer em Deus.

Havíamos perseguido todos aqueles que dentro da própria Igreja haviam se distanciado do caminho da verdade, inscrevendo-se nas Lojas, desprezando todas as injunções e ameaças.

Havíamos impensadamente acreditado que um sinal da cruz pudesse ser superior a três pontos formando uma pirâmide.

Por tudo isto nos penitenciamos, Senhor, e, com o Teu perdão, Te rogamos nos faça sentir que um compasso sobre um novo altar pode significar tanto quanto velhos crucifixos.

Amém."

Esta oração, Sr. Presidente, a demonstração maior da tolerância, da clarividência e da espiritualidade de João XXIII, lamentavelmente, por certo não foi lida, ou, de propósito foi ignorada pelo Sr. Pirovano e, desgraçadamente, por muitos daqueles que

não querem, de fato, exercitar aquêl cristianismo, o cristianismo rejeitado por Mahatma Ghandi, o sábio hindu que aceitava o nosso Jesus Cristo, mas negava-se peremptoriamente a aceitar mosso cristianismo.

E assim, Sr. Presidente, deplorando, mais uma vez, que a Igreja da maior nação católica do mundo, nação cujo Senado interrompe seus trabalhos para homenagear a memória de um dos seus filhos, o prelado extraordinário que foi D. Jaime de Barros Câmara, nação que chora e reverencia êsse filho ilustre, há que lamentar, por nosso intermédio, como o fazemos nesta oportunidade, que haja aquêles, Sr. Presidente, que nos colocam em condições de fazer a V. Exa. a indagação: Quem está com a razão? O Papa João XXIII ou o Bispo?

Eram estas minhas palavras, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR BENEDITO FERREIRA, EM SEU DISCURSO.

Se la Germania avesse vinto la guerra le preghiere sarebbero diverse LA SANTA AUTOCRITICA

Publicata in "Svizzera", una preghiera scritta da Giovanni XXIII con la quale la Chiesa chiederebbe perdono per le offese recate agli Ebrei.

Misteriosamente ignorata da tutta la stampa italiana, una notizia è apparsa, l'otto settembre scorso, sul "Journal de Genève". La notizia, data "Città del Vaticano", diceva:

"Gli ambienti vaticani hanno confermato mercoledì scorso l'esistenza e l'autenticità di una preghiera, che era stata composta da Giovanni XXIII soltanto qualche giorno prima di morire, e nella quale il Papa chiedeva perdono a Dio per tutte le sofferenze che la Chiesa cattolica ha fatto sopportare agli ebrei. L'esistenza di questa preghiera, che secondo l'intenzioni dell'Autore avrebbe dovuto essere recitata da Il Borghese. La preghiera dunque esiste. E lo stesso Coltano immagina delle altre preghiere che, prevalendo un certo gruppetto di "progressisti" intorno al defunto Pontefice, avrebbe potuto essere state da Lui scritte. Eccole.

Quella dedicata ai musulmani, avrebbe dovuto suonare, press'a poco così:

"Signore, per secoli e secoli noi ci siamo rifiutati di riconoscere in Maometto l'ultimo dei Tuoi Profeti. A causa di questa nostra follia, senza dubbio voluta dal Maligno, torme di avventurieri, i quali si appropriarono senza alcun diritto del signo de la croce. Signore Ti preghiamo di farei avere, insieme al Tuo perdono, anche un compasso, che senza dubbio sul nuovi altari di compensato starebbe assai meglio dei vecchi crocefissi. Amen".

Ed ecco come immaginiamo la terza preghiera, dedicata ai comunisti:

"Signore, a Te che sei il Padre degli operai, noi ci rivolgiamo per implorare umilmente perdono. Alcuni nostri pastori, ai quali il Maligno aveva ottennebrato le menti, guidarono la Tua Chiesa, o Signore, contro il mondo pacifico e operoso di Stalin: quello Stalin che, chiamandosi Giuseppe come san Giuseppe Artigliano, non poteva che essere nostro fratello. Incapaci di comprendere il linguaggio dell'amore, questi nostri indegni pastori crederettero di dover reagire dinanzi all'uccisione di religiosi e di fedeli, alla distruzione delle chiese, alla persecuzione del Tuo gregge. Non compresero che il comunismo agiva in Tuo nome, per fare posto alla nuova religione. Perdonaci, o Signore, per aver creduto che anche i ricchi, i borghesi e tutti quelli che non lavorano con il braccio avessero diritto al Regno dei Cieli. Perdonaci per la Spagna, per la Lituania, per l'Ungheria, per la Polonia, per la Cina, e per i tanti altri luoghi dove ci stamo rifiutati di riconoscere nella barba di Carlo Marx quella Tua. Perdonaci, e facei avere la tessera del partito. Amen".

Come dicevamo all'inizio — conclude Adolfo Coltano — queste sono probabilmente le preghiere che i diretti collaboratori di Giovanni XXIII avrebbero voluto fossero composte, monché recitate in tutte le chiese. Per ora, noi le abbiamo soltanto immaginate, basandoci sui fatti reali della cronaca vaticana ed ecclesiastica a tutti ben noti. Non è da escludere, però, che un giorno non lontano anche le breenièrè uggite della le prove della loro fondatezza".

Anche l'associazione dei sudelli, Witkobund, ha smentito la "Voce", che l'accusava d'essere coinvolta negli attentati il Alto Adige, ed ha annunciato che intende procedere per via giudiziaria.

Questo, inconclusione, è il clamoroso vespaio scatenato dal fazioso "memoriale" della "Voce". La pubblicazione, in tono fortemente affermativo, di nomi, particolari, dettagli incontrollati e incontrollabili, de provenienza evidentemente comunista, raccolti per individuare ed accusare i più o meno fantomatici gruppi di "destra", la avuto questo bel risultato: un passo diplomatico, un coro di smentite e l'annuncio di almeno due querele. Passo, smentite e querele che coprono in certo modo il rumore dell'attività terroristiche in Alto Adige.

... Ma starà imparando la preghiera di scuse al tanto perseguitati Ebrei?

Na preghiera, che era stata composta da Giovanni XXIII soltanto qualche giorno prima di morire, e nella quale il Papa chiedeva perdono a Dio per tutte le sofferenze che la Chiesa cattolica ha fatto sopportare agli ebrei. L'esistenza di questa preghiera che, secondo la intenzioni dell'autore, avrebbe dovuto essere recitata in di tutti la chiesa era stòta nunziata di recente in America da Monsignor John S. Quind, che fue uno degli esperti a Concilio. Il testo della preghiera di Giovanni XXIII, che è stato reso pubblico, è il seguente:

"Signore, noi oggi siamo coscienti che nel corso di tanti, tanti secoli, i nostri occhi erano totalmente ciechi, da impedirci di vedere la bellezza del Tuo popolo eletto e di riconoscere nei volti i tratti dei nostri fratelli privilegiati. Noi comprendiamo che il segno di Caino sia scritto sulla nostra fronte. Nel corso di secoli, il nostro fratello Abele è rimasto prostrato, sanguinante e in lacrime, per colpa nostra, perché noi avevamo dimenticato il Tuo amore. Perdonaci per la maledizione che abbiamo ingiustamente legata al nome degli ebrei. Perdonaci di aver ti crocefisso una seconda volta in Tilorò, nella loro carne, perché noi non sapevamo quel che facevamo. Amen".

La notizia non é stata smentita — scrive Adolfo Coltano suni avrebbe dovuto suonare, press'a poco così:

"Signore, per secoli e secoli noi ci siamo rifiutati di riconoscere in Maometto l'ultimo del Tuo Profeta. A causa di questa nostra follia, senza dubbio voluta dal Maligno, torme di avventurieri, i quali si appropriarono senza alcun diritto del segno della Croce, combatterono contra i nostri fratelli arabi e turchi. Per causa nostra, intere città furono distrutte, intere nazioni vennero soggiogate: ad un certo punto fummo tanto stolti da credere che Tu volessi sul Tuo sepolcro una basilica e non capimmo che, invece, ti saresti trovato benissimo anche in una moschea. Perdonaci, Signore, per aver creduto che la Tua religione dovesse estendere i suoi confini nel mondo. Per spiare, non abbiamo soltanto restituito le bandiere di Lepanto, ma abbandonato le chiese, ceduto il passo alle moschee e fatto di tutto per aiutare i nostri fratelli in Maometto nella loro rivincita contro i discendenti bianchi di quegli avventurieri che si dissero crociati mentre erano figli del diavolo. Amen".

La seconda preghiera, dedicata ai massoni, avrebbe dovuto dire:

"Signore e Grande Architetto, ci umiliamo ai Tuoi piedi ed invociamo il Tuo perdono per l'eresia che, nel corso dei secoli, ci ha impedito di riconoscere nei nostri fratelli massoni i Tuoi seguaci prediletti. Abbiamo lottato contro il libero pensiero, perché non avevamo capito che il primo dovere d'una religione, come ha giustamente affermato il Concilio, consiste nel riconoscere il diritto a non credere in Dio. Abbian perseguitato tutti coloro che, nel corpo stesso della Chiesa, avevano aperto la strada alla verità, inscrivendosi alle Logge con sereno disprezzo d'ogni ingiunzione e minaccia. Abbiamo staltamente creduto che un segno di croce potesse essere superiore a tre puntini messi a piramide. Di tutto, questa ci pentiamo, Signore; Amen."

Conclude Adolfo Coltano: queste sono probabilmente le preghiere che i diretti collaboratori di Giovanni XXIII avrebbero voluto fossero composte, non ché recitate in tutte le chiese. Per ora, noi le abbiamo soltanto immaginate, basandoci

sul fatti reali della cronaca vaticana ed ecclesiastica a tutti ben noti. Non è da escludere, però, che un giorno non lontano anche le preghiere uscite dalla nostra fantasia diventino realtà.

Non c'è, dunque, da mettere in dubbio la possibilità che preghiere siffatte vengano composte; nella Chiesa d'oggi tutto è possibile. Il dubbio riguarda, casomai, la possibilità che nel futuro vi sia ancora qualcuno che conosca il significato del verbo "pregare".

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guilomard — Flávio Brito — José Lindoso — Milton Trindade — Renato Franco — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Domicio Gondim — Milton Cabral — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcanti — Augusto Franco — Antônio Fernandes — Eurico Rezende — Paulo Tôres — Vasconcelos Torres — Danton Jobin — Gustavo Capanema — Emival Caiado — Antônio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, projeto que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 5, DE 1971

Dá nova redação ao art. 111 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Art. 1.º — O art. 111 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

Art. 111 — A colaboração de natureza eventual à Administração Pública Federal sob a forma de prestação de serviços, retribuída mediante recibo, não caracteriza vínculo empregatício com o Serviço Público Civil, nos seis primeiros meses de serviço e deverá ser atendida por dotação não classificada na rubrica Pessoal, e nos limites estabelecidos nos respectivos programas de trabalho.

§ 1.º — Quando o servidor sob esse regime completar seis meses de prestação de serviços, continuos ou não, nessa qualidade será automaticamente considerado como pessoal temporário e regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2.º — Se no orçamento do órgão respectivo a dotação de Pessoal foi insuficiente para arcar com o ônus decorrente da transformação a que se refere o parágrafo anterior, será providenciada abertura do crédito suplementar necessário, oferecendo-se para compensação a verba com que corriam as despesas para pagamento do salário do beneficiado na situação anterior de contra recibo.

Art. 2.º — A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As superiores intenções do legislador ao redigir o art. 111 do Decreto-lei n.º 200, de 25-2-1967, não têm sido postas em prática, porque esse dispositivo em lugar de se aplicar única e exclusivamente a pessoal convocado para a prestação de serviço eventual de rápida duração, passou a ser aplicado a pessoal que presta serviço em caráter contínuo e permanente.

Não é justo que o Poder Público se aproveite desse pessoal por tempo superior a seis meses e não lhe confira o amparo, que o próprio Governo exige seja assegurado aos empregados de entidades particulares.

O projeto visa a corrigir essa clamorosa injustiça de caráter social, que outrora a Justiça do Trabalho e atualmente a Justiça Federal tem, invariavelmente, corrigido, quando algum recibado lhe bate às portas.

O Ministério do Planejamento, em fins de 1969, transformou em pessoal trabalhista os seus recibados, não sendo aconselhável a adoção de soluções isoladas, mas de critério equânime, que a todos possa ser aplicado.

O prazo de seis meses é mais do que suficiente para caracterizar a natureza eventual do serviço, bem como para que se verifique a habilitação do recibado. Comprovada a habilitação e atingido o período de seis meses de prestação de serviço, sem qualquer garantia, não pode e nem deve o Estado deixar de proporcionar aos que satisfizerem a estas duas condições o amparo da legislação trabalhista.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1971. — Benjamin Farah.

